

SOB O SIGNO DA INCLUSÃO: AS FACES DO
PRECONCEITO NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA SIGNIFICADAS
PELO DEFICIENTE MENTAL

Jorge Luís Ferreira ABRÃO¹
Fabiana Gatti FERNANDES²

RESUMO

O presente artigo discute as manifestações de preconceito com relação aos portadores de deficiência mental na sociedade contemporânea, enfatizando as expressões de preconceito surgidas durante o processo de inclusão social destes indivíduos, no meio educacional e profissional. Destaca na seqüência, por intermédio de uma vinheta clínica oriunda de um grupo terapêutico constituído por adolescentes deficientes mentais, a forma como eles estão compreendendo e assimilando o preconceito do qual são alvo, seja por uma atitude defensiva de negação da deficiência ou por um posicionamento ativo de reivindicação de um tratamento igualitário. Na finalização, são apontadas alternativas para viabilizar as propostas de inclusão e auxiliar os portadores de deficiência mental a elaborarem as manifestações de preconceito de que são vítimas.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão, preconceito, deficiência mental.

¹ Psicólogo. Docente do Departamento de Psicologia da FCL-UNESP-Assis; dou-

O que não percebeis, negais que exista;
o que não calculastes é mentira;
o que vós não pensaste, não tem peso;
metal que não cunhais, dizeis que é falso (GOETHE).

INTRODUÇÃO

As formas como a sociedade vem compreendendo o indivíduo considerado excepcional ao longo da história, bem como os meios de tratamento preconizadas pelos agentes normatizadores desta sociedade com o finalidade de promover o ajustamento ou a integração destes indivíduos, têm sofrido inúmeras transformações ao longo dos tempos.

Das práticas medievais de segregação e exclusão, respaldadas em uma compreensão mística da excepcionalidade (TELFORD; SAWREY, 1976); até o advento da educação inclusiva, fundada em um ideário de igualdade que visa a superação do preconceito e a integração da pessoa portadora de deficiência à escola e em última análise à sociedade, podemos identificar um matiz quase infinita de formas como o preconceito contra o indivíduo desviante vem se manifestando até os tempos modernos.

É evidente que a Declaração de Salamanca (AINSCOW, 1998), promulgada, em 1994, sob a coordenação da UNESCO, ao estabelecer as principais diretrizes que devem nortear as políticas públicas na área de Necessidades Educacionais Especiais, constituiu-se em uma rogatória a favor da eliminação do preconceito e das principais barreiras que impedem, ou ao menos impossibilitam, o livre acesso dos indivíduos deficientes à escola e as demais instâncias da sociedade.

torando em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP. Avenida Nove de Julho, n.71, Apto.4, Assis-SP, CEP. 19800-000, e-mail: abrao@assis.unesp.br

² Aluna do quinto ano do Curso de Psicologia da UNOESTE de Presidente Prudente-SP. Rua Aristeu Brasil de Carvalho, n.84, Álvares Machado-SP, CEP. 19160-000, e-mail: fabianagatti@bol.com.br

Sob o signo da inclusão: as faces do preconceito na sociedade contemporânea significadas pelo deficiente mental

Embora esta iniciativa possa ser entendida como um avanço da cidadania, o que de fato o é, ainda estamos longe da superação, ou da minimização, para sermos mais precisos, do preconceito que acomete diversos seguimentos da sociedade, entre eles os indivíduos excepcionais.

Desta forma, quando o excepcional é defrontado com a possibilidade de ampliar a gama de suas relações educacionais e sociais, saindo dos espaços asilares que tradicionalmente os atendem, defronta-se de forma bastante contundente com a expressão de diversas formas de preconceito, haja vista que a sociedade que ora se abre para a inclusão não preparou seus indivíduos para esta nova realidade.

Partindo destes dados, inferidos com base em depoimentos de adolescentes portadores de deficiência mental leve e moderada, que têm passado nos últimos anos pela experiência da inclusão na esfera educacional e profissional, procuraremos tecer algumas ilações acerca da forma como estes indivíduos têm vivido o preconceito com o qual são defrontados.

Não temos a intenção de discutir, no âmbito deste artigo, as causas que conduzem ao preconceito com relação ao indivíduo excepcional, tampouco procuraremos teorizar sobre as possibilidades de promover a superação deste preconceito, temas estes que têm sido alvo do interesse de diversos pesquisadores (AMARAL, 1992; CROCHIK, 1997).

Assim, após uma breve recensão sobre trabalhos dedicados a compreensão do preconceito, apresentaremos material clínico oriundo de um grupo terapêutico constituído por adolescentes portadores de deficiência mental leve e moderada. Este tipo de atividade tem se mostrado uma alternativa viável para auxiliar adolescentes a conviverem com as manifestações do preconceito, com os quais são defrontados ao passarem pela experiência da inclusão na esfera profissional e escolar.

Assim, esperamos com este artigo, apresentar algumas reflexões concernentes as propostas de inclusão, bem como sugerir alternativas para melhor instrumentaliza-las.

ALGUMAS FORMULAÇÕES TEÓRICAS RELATIVAS AO PRECONCEITO

Embora as práticas discriminatórias contra determinados grupos sociais, através das quais torna-se explícito o preconceito, tenham uma longa tradição na história da humanidade, os estudos voltados para este tema ganharam lugar no pensamento científico somente no século XX, ou mais especificamente a partir da década de 1920, ocasião em que começam a surgir, nos Estados Unidos, pesquisas dedicadas a investigar o preconceito racial. A ausência de pesquisas relativas ao preconceito pode ser explicada não pela ausência de uma atitude preconceituosa, mas sim, por uma concepção vigente na sociedade na qual

[...] as considerações feitas por parte das pessoas de cor branca sobre a inferioridade das pessoas de cor negra eram consideradas não como preconceito, mas como uma percepção adequada da realidade, e as teorias procuravam explicar aquela suposta inferioridade (CROCHIK, 1997, p.53).

Não sem razão o estudo sobre o preconceito toma ímpeto a partir do século XX, uma vez que é neste século que iremos encontrar o surgimento de grupos dedicados a defesa dos direitos civis, de tal forma que após o surgimento das organizações de defesa dos direitos dos negros, iremos acompanhar a implantação de agremiações semelhantes com a função perspicua de defender os direitos de grupos tradicionalmente oprimidos, como: mulheres, homossexuais e excepcionais.

Em trabalho intitulado “Psychology and prejudice: a historical analysis and integrative framework”, publicado em 1992, o psicólogo John Duckitt aponta as principais vertentes científicas que procuram explicar o surgimento do preconceito. Trabalho de natureza

Sob o signo da inclusão: as faces do preconceito na sociedade contemporânea significadas pelo deficiente mental

eminentemente teórica, cumpre a função de classificar e sistematizar as teorias dedicadas ao estudo dos fatores que levam ao preconceito desenvolvidas até nossos dias. Estas teorias estão assim classificadas: teorias que entendem o preconceito como uma reação defensiva do ego frente as experiências de frustração ou privação, teorias que consideram o preconceito uma patologia decorrente de uma personalidade que ao longo do desenvolvimento torna-se predisposta ao preconceito, teorias que explicam o preconceito como um problema cognitivo, teorias que colocam os conflitos entre grupos sociais na gênese do preconceito e, por fim, teorias voltadas para o estudo do preconceito como problemas de socialização.

Este breve panorama dos estudos teóricos sobre o preconceito permite-nos classificá-los em dois grandes grupos, alguns estudos procuram enfatizar as questões de natureza psíquicas como causa do preconceito, enquanto outros trabalhos dedicam-se a compreender o preconceito a partir da interação entre o indivíduo e o meio social no qual ele está inserido.

Côncios das diversas formas de manifestação do preconceito em nossa sociedade e das formulações teóricas que buscam compreender e explicar de que forma o preconceito é gerado, passaremos a discutir como o preconceito tem se manifestado em um momento histórico pautado nas propostas de inclusão social do portador de deficiência e, mais do que isto, buscaremos compreender como os deficientes mentais assimilam o preconceito e convivem com ele.

MATERIAL CLÍNICO

Passaremos agora, a relatar uma vinheta clínica oriunda de um grupo terapêutico constituído por adolescentes portadores de deficiência mental leve e moderada, no qual o tema do preconceito foi abordado com certa regularidade. Para uma compreensão mais genuína e fidedigna do material que se segue é conveniente salientarmos o contexto no qual o referido atendimento terapêutico encontra-se inserido.

Durante os anos de 1999 e 2000, foi desenvolvido junto à APAE de Presidente Prudente, um projeto de intervenção e pesquisa que traz no bojo de suas atividades um duplo objetivo: proporcionar assistência psicológica a adolescentes portadores de deficiência mental leve e moderada que estão sendo inseridos no mercado de trabalho e/ou no ensino regular, e, paralelamente, constituir um campo de experiência que possibilite criar um arcabouço teórico acerca das propostas de inclusão.

Cumprindo ainda esclarecer, que a execução do trabalho terapêutico desenvolvido com estes adolescentes insere-se no plano de assistência oferecido pela instituição, plano este que tradicionalmente tem sido direcionado para atividades de escolarização e profissionalização de seus alunos.

A opção pelo trabalho em grupo impôs-se como uma alternativa viável na medida em que esta é uma

[...] modalidade terapêutica reconhecida por diversos autores (Werster, 1985; Maecelli, 1984; Osório 2a. ed., 1989) como particularmente apropriada e valiosa para esta faixa etária, por corresponder a uma necessidade ou capacidade eletiva dos pacientes desta idade. Luís Carlos Osório (1986 e 1989) a considera inclusive como 'terapia de escolha' na adolescência, por corresponder à natural inclinação de procurar no grupo de iguais a caixa de ressonância ou continente para as suas ansiedades existenciais (ZAVASCHI et al., 1993, p.413).

Seguindo esta tendência foram constituídos seis grupos de adolescentes entre quatorze a vinte e quatro anos, em que cada grupo contava com um número de seis elementos, atendidos na razão de uma sessão semanal.

Quanto a pertinência, ou mesmo a necessidade, de conduzir grupos terapêuticos com esta clientela, devemos colocar em relevo dois aspectos de vital importância: os adolescentes em questão manifestam as angústias típicas da adolescência, de independização dos pais e constituição de uma identidade adulta, que são intensificadas pelas dificuldades inerentes à deficiência; além disso, estes adolescentes estão defrontando-se, pela primeira vez, com a realidade da

Sob o signo da inclusão: as faces do preconceito na sociedade contemporânea significadas pelo deficiente mental

inclusão na esfera educacional e profissional, saindo de um espaço razoavelmente protegido, no qual as diferenças tendem a ter melhor aceitação, para se defrontarem com o preconceito e a discriminação presentes na sociedade. Estes dois fatores, potencialmente geradores de ansiedade, justificam e tornam legítima a adoção deste procedimento, tendo em vista que os adolescentes em questão passam a dispor de um espaço para a elaboração dos conflitos mais prementes que estão vivenciando.

Apresentaremos, na seqüência, fragmentos de material colhido em um dos grupos a pouco mencionados. Não nos preocuparemos em analisar a dinâmica geral do grupo, uma vez que tal proposta transcende o escopo do presente artigo, apenas destacaremos aqueles trechos nos quais o tema do preconceito foi abordado, para em seguida submetê-los a uma apreciação mais detalhada.

Ao iniciarmos o grupo E. começou a falar que o H. não era mais aluno da APAE, que ele havia se desligado da APAE depois que começou a trabalhar fora, depois ele perdeu o emprego, porque quando se desliga da APAE perde o emprego. Eu perguntei o que eles achavam, porque o H. tinha saído da APAE. O E. disse que ele já estava cansado, fazia 14 anos que ele estudava na APAE e que ele falava mal da APAE, falava que a APAE é escola para criança. Eu perguntei o que eles achavam da APAE. O E. disse que a APAE não é escola para criança e citou vários nomes de pessoas adultas que freqüentavam a APAE, disse ainda que a APAE é muito boa porque arruma emprego para as pessoas e acrescentou: 'A situação já está difícil para as pessoas normais, imagine só prá quem tem problema. Tem que dar valor, porque é difícil conseguir vaga, muitas pessoas estão na fila de espera'. O P. disse que já sabia que o H. sairia, pois desde o ano passado dizia que ia 'pular fora'. O V. começou a dizer que ia no juiz e no julgamento, que seu pai ia processar uma mulher que tinha roubado e que ele ia junto processar um homem que tinha dado um murro nele. Eu perguntei porque o homem tinha dado um murro nele? Ele comentou que tinha brigado porque o homem dizia que ele era bobo da APAE, doido da cabeça, macaco, aí começou a briga. Contou ainda que enquanto eles brigavam a irmã falava: 'Deixa o menino, ele é doente'. Em seguida perguntei o que eles

achavam do homem ter dito que o V. era bobo da APAE. Todos responderam que o homem tinha que respeitar. O P. disse que qualquer um poderia um dia ficar bobo, por isso tinha que respeitar. O V. falou que chega em casa lava a louça, limpa a casa, ajuda o tio, toma café na casa de fulano. Eu disse que o V. estava querendo dizer que mesmo as pessoas falando que ele era bobo da APAE ele tem o seu valor, que as pessoas tem preconceito porque não sabem do que ele é capaz. No final da sessão o V. Perguntou se eu assistia a novela das sete e contou de um personagem que havia sido preso (estava feliz ao relatar este fato). Eu falei que ele estava querendo dizer que o homem que o desrespeitou também poderia ser preso como o personagem da novela. O P. disse que novela é coisa de mulher, que homem assiste mais filme.

ALCANCES E LIMITES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A vinheta clínica ora apresentada, tomada aqui como modelo ilustrativo das experiências emocionais suscitadas nos adolescentes portadores de deficiência mental ao defrontarem-se com manifestações de preconceito, nos servirá de norte para conduzir as discussões sobre o tema.

As propostas de inserção dos indivíduos portadores de deficiência na sociedade, não são recentes, em verdade estas iniciativas remontam aos anos 60. Aquelas primeiras propostas de inserção, promovidas sob a alcunha de *integração*, ao se basearem no modelo médico, tinham como filosofia de trabalho, promover a preparação e adaptação do indivíduo deficiente às normas vigentes, para só então integrá-lo ao convívio social.

Por seu turno, as propostas de *inclusão* aventadas nos anos 80 e consolidadas durante a década de 1990, partem de um novo paradigma, fundado no princípio de que as instituições sociais (escola, empresas, clubes, etc.) é que devem se reestruturar de forma a criar as condições necessárias para receber os portadores de deficiência com suas peculiaridades, diferenças e necessidades, que merecem e devem ser respeitadas.

Sob o signo da inclusão: as faces do preconceito na sociedade contemporânea significadas pelo deficiente mental

É fato digno de nota as conquistas que foram feitas ao longo das últimas décadas no tocante a inserção social dos portadores de deficiência, o que se consolidou por intermédio da proposta de inclusão. No entanto, os percalços advindos deste processo não são pequenos e, tão pouco, podem ser ocultados pelo entusiasmo decorrente das primeiras experiências, sob pena de perdermos a oportunidade de aprofundar os debates sobre o tema e, conseqüentemente, deixarmos de promover o aperfeiçoamento das propostas de inclusão.

Em verdade, mais que um acontecimento social ou educacional, a inclusão apresenta uma dimensão pessoal, menos evidente, e por esta razão pouco discutida pelos profissionais que trabalham com portadores de deficiência, qual seja: os sentimentos mobilizados nas partes envolvidas neste processo. Afirmam Marsha Forest e Jack Pearpoint, do Centro de Educação e Comunidade Integrada de Toronto:

Acreditamos que a questão da inclusão fere diretamente o núcleo de nossos valores e crenças. Inclusão parece tão simples, tão cheia de bom senso, e, contudo, é complexa. Inclusão explode fogos de artifício nas almas daqueles envolvidos com elas. Inclusão desafia nossas crenças sobre a humanidade e fere profundamente os recessos de nossos corações (FOREST; PEARPOINT, 1997, p.138).

Da citação destacada acima, podemos concluir que as propostas de inclusão mobilizam uma gama variada de experiências emocionais nos diferentes segmentos envolvidos no processo. Desta forma, por um lado, a sociedade que recebe o indivíduo portador de deficiência é defrontada com um forte impacto emocional ao deparar-se com a diferença expressa no indivíduo desviante que em tempos passados era mantido no ostracismo. Esta realidade torna-se bastante evidente com os profissionais que atuam diretamente com portadores de deficiência na educação ou no trabalho, não sendo orientados para tal situação, sentem-se despreparados para o convívio com as vicissitudes da deficiência. Por outro lado, os portadores

de deficiência também sofrem o impacto de uma sociedade preconceituosa e pouco afeita à inclusão.

A vinheta clínica ora destacada, cumpre aqui uma dupla função: apresenta-nos, de forma vívida, um pouco da emoção mobilizada nas pessoas a partir do momento em que a inclusão sai do plano teórico tornando-se uma realidade; constitui-se, também, em uma proposta de intervenção, que visa tornar a inclusão uma realidade mais tangível, na medida em que auxilia o portador de deficiência mental a enfrentar o preconceito social.

Inicialmente cabe destacar que o tema do preconceito vem sendo discutido com certa freqüência neste grupo, ganhando particular destaque na sessão relatada. A recorrência do tema não pode ser entendida como um fato ocasional, mas sim, como expressão de um conteúdo emocional que tem sido constantemente mobilizado por acontecimentos da realidade externa, fazendo com que estes adolescentes busquem significar esta experiência no trabalho terapêutico realizado.

Ao freqüentarem com regularidade os espaços sociais, haja vista que estes adolescentes estão vivendo a experiência da inclusão no mercado de trabalho pela primeira vez, ficam muito mais expostos às manifestações de preconceito que persistem em nosso meio. O convívio com esta realidade provoca nos adolescentes um forte impacto emocional, por vezes de difícil elaboração. Em face à esta situação, surgem mecanismos de defesa como: negação da deficiência e idealização de contextos sociais não identificados com a deficiência.

O primeiro adolescente mencionado no relato, não mais participa do grupo, embora sua presença continue sendo lembrada recorrentemente pelos demais participantes, devido ao forte significado emocional de suas atitudes, representativas das fantasias grupais. O jovem em questão, ao ser alvo de atitudes preconceituosas, que foram destacadas em sessões anteriores, procura negar o estigma a ele imputado, despojando-se de alguns símbolos que poderiam identificá-lo como deficiente, assim, procura afastar-se da APAE,

Sob o signo da inclusão: as faces do preconceito na sociedade contemporânea significadas pelo deficiente mental

escola para deficientes, ou ainda, escola para crianças, segundo o eufemismo de um membro do grupo.

Esta atitude é vista pelo grupo com um misto de admiração e de indignação. Por um lado, o posicionamento de rechaço do rótulo de deficiente, que traz consigo o preconceito e a discriminação, é entendido como uma postura ativa, rebelde, como a maioria dos adolescentes costuma ser, em busca da constituição de uma identidade que não esteja vinculada à deficiência. Por outro lado, tal posicionamento é percebido como um retrocesso, na medida em que sem a salvaguarda da instituição torna-se mais difícil vencer os obstáculos impostos pela sociedade.

A seqüência do relato é bastante expressiva, ao ser abordado o tema do preconceito, um dos componentes do grupo destaca que seu pai havia procurado a justiça por ter sido roubado e que ele faria o mesmo com um homem que lhe deu um murro e chamou-o de *bobo* da APAE. Este posicionamento, ao invés de negar a condição de deficiente para não se tornar alvo de atitudes preconceituosas, indica uma conscientização dos direitos de um tratamento justo pela sociedade, e mais do que isto, aponta o caminho para a transformação desta condição, ao perceber que pode reivindicar reparação pelos sofrimentos morais a que foi submetido, por meio de gestões junto às instituições sociais reguladoras da conduta humana, no caso, a justiça.

Ao terem possibilidade de refletirem sobre as formas como o preconceito manifesta-se e os atinge, função esta exercida pelo grupo de forma privilegiada, os adolescentes em questão passam a desenvolver alguns recursos internos que lhes auxiliam a conviver com esta condição e reivindicar da sociedade uma atenção igualitária, pautada no respeito e na tolerância às diferenças.

Outro aspecto suscitado pelo material clínico apresentado, que merece ser aventado, refere-se às conseqüências da inclusão junto aos indivíduos dos segmentos sociais que estão abrindo espaço para a inclusão. Se, por um lado, as propostas de inclusão constituem um avanço da cidadania, na medida em que promove a eliminação das

barreiras de segregação de grupos minoritários, como os excepcionais, desencadeia também forte sentimento de repulsa em segmentos da sociedade pouco familiarizados no convívio com os deficientes.

Ao que parece, o paradoxo contido na afirmação acima pode ser explicado nos seguintes termos: a curto prazo a proposta de inclusão, insere portadores de deficiência no meio educacional e profissional, sem contudo preparar a sociedade para esta nova realidade. Desta forma, as manifestações de preconceito são intensificadas, tornando-se mais evidentes.

Devemos, neste momento, abrir um parêntese com o intuito de compreender, ainda que parcialmente, as causas da intensificação, ou maior explicitação, do preconceito deflagrado por um maior contato com portadores de deficiência, conforme pudemos evidenciar no relato clínico apresentado acima.

Uma explicação possível para tal fato, pode ser encontrada na intolerância a diferença, presente de forma acentuada em nossa cultura. De tal forma, que o contato com as diferenças colocam em xeque o ideal narcísico presente nos indivíduos, na medida em que as diferenças do outro apontam para nossa própria incompletude. Segundo Mader (1997):

Fomos acostumados durante séculos que igual combina com igual. Ordem é definida como igualdade. Buscamos essa igualdade em todos os padrões de nossa vida, desde a arquitetura até os uniformes (p.47).

Mais à frente a autora acrescenta:

Esse processo não é fácil de ser invertido. Mesmo que desejamos a integração das minorias rejeitadas (portadores de deficiência, aidéticos, prostitutas, índios, negros, etc.), nossos próprios valores adquiridos durante toda a vida nos fazem desacreditar na viabilidade da integração (p.48).

Com base nestas constatações, podemos concluir que na medida em que as pessoas ditas *normais* passam a conviver mais proxi-

Sob o signo da inclusão: as faces do preconceito na sociedade contemporânea significadas pelo deficiente mental

mamente com a proposta da inclusão, o preconceito contra o deficiente tende a ser aflorado, migrando de um estado latente, no qual sua expressão apresentava-se de forma velada, para ganhar uma forma manifesta com contornos mais áridos, mediante franca oposição e intolerância a diferença. Desta forma, ao mesmo tempo que se constitui em um avanço da cidadania, a inclusão defronta-se com obstáculos bastante resistentes como o preconceito, que não são transpostos com facilidade, uma vez que o preconceito não se elimina simplesmente com uma alteração na legislação, sendo necessário, sobretudo, uma mudança de mentalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da inclusão, seja no meio educacional ou nas demais esferas da vida social, como o ambiente profissional, por exemplo, constitui-se como um benefício em favor da superação do preconceito contra grupos minoritários, como os deficientes. O convívio com a diferença, desde a mais tenra idade, é, seguramente, uma alternativa para a superação do preconceito contra os deficientes, uma vez que o contato regular entre indivíduos *desviantes e normais* antes que o sentimento do preconceito esteja cristalizado na subjetividade de cada pessoa, favorece, ao menos em tese, o desenvolvimento de atitudes mais tolerantes com relação as diferenças e, conseqüentemente, a formação de uma sociedade igualitária.

No entanto, a implantação das propostas de inclusão sem uma preparação prévia, em uma sociedade na qual o preconceito está largamente disseminado, gera grande desconforto que traz à tona manifestações de preconceito, que antes encontravam-se em estado latente.

Com o objetivo de viabilizar e otimizar a proposta de inclusão, devemos criar condições favoráveis para que as instituições e os profissionais diretamente envolvidos com esta nova realidade, possam fazer da inclusão uma inovação benéfica, tanto para as pessoas com necessidades educacionais especiais, quanto para os demais indivíduos considerados normais.

As medidas a serem adotadas com vistas a uma profícua execução das propostas de inclusão, devem contemplar medidas efetivas para eliminar os obstáculos existentes tanto em âmbito social, junto a instituições e profissionais que são defrontados com a proposta da inclusão, quanto com os portadores de deficiência, que necessitam de atendimento especializado que os auxiliem na elaboração das conteúdos emocionais mobilizados a partir da experiência de inclusão.

No tocante ao primeiro aspecto, Ainscow tem enfatizado a importância de uma “[...] mudança de pensamento que transfere as explicações sobre os insucessos educativos das características das crianças e respectivas famílias para o processo de escolarização” (AINSCOW, 1998, p.20). Na medida em que as responsabilidades pelo insucesso são deslocadas da criança para a escola, estamos dando um grande passo para a superação do preconceito contra o deficiente mental. Evidentemente esta é uma das etapas a serem percorridas para a superação do preconceito e da discriminação.

Com relação ao segundo aspecto, do qual nos ocupamos com maior detalhe no âmbito deste artigo, acreditamos ser de vital importância para o sucesso de qualquer iniciativa que vise eliminar as barreiras de segregação de grupos minoritários, como os excepcionais, que se canaliza particular atenção para as experiências emocionais destes indivíduos. Esta preocupação justifica-se na medida em que tradicionalmente os atendimentos oferecidos aos excepcionais enfatizam o desenvolvimento de habilidades cognitivas, negligenciando, ou ao menos atribuindo importância secundária, aos aspectos emocionais. Neste sentido, os grupos terapêuticos voltados ao atendimento das necessidades emocionais de adolescentes deficientes mentais, constitui-se em uma iniciativa pioneira com vistas a viabilização das propostas de inclusão.

Melhor do que ocultar o preconceito é torná-lo explícito, para que possa ser compreendido e superado.

UNDER THE SIGN OF THE INCLUSION:
THE FACES OF THE PRECONCEPTION IN
THE CONTEMPORARY SOCIETYSIGNIFIED
BY THE MENTAL DEFICIENT

ABSTRACT

This article discusses the manifestation of the preconception against the feeble minded people on the contemporary society, sticking out the expression of preconception emerged during the process of social inclusion with these people, in educational and professional place. Following the sequence when using a clinic experience from a thetapeutc clinic group constituted of a feeble minded teenagers, emphasizing the way that they are understanding and assimilating the preconception that they suffer having a negation defensive attitude of the deficiency or for an active behavior of revindication for a equal treatment. At last, alternatives are pointed out to facilitate the purpose of inclusion and to help the feeble minded people to work out the manifestation of preconception wich they are victimins.

KEYWORDS: Inclusion, preconception, mental deficiency.

BIBLIOGRAFIA

AINSCOW, M. Educação para todos: torná-la uma realidade. In: AINSCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. **Caminhos para as escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1998. p.13-31.

AMARAL, L. **Espelho convexo**: o corpo desviante no imaginário coletivo, pela voz da literatura infanto-juvenil. 1992. 339f. São Paulo: Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CROCHIK, J. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe, 1997.

DUCKITT, J. Psychology and prejudice: a historical analysis and integrative framework. **American Psychologist**, Washington, n.47, v.10, p.1182-1193, 1992.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, M. T. E. **A integração da pessoa com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997. p.137-141.

MADER, G. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, M. T. E. **A integração da pessoa com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997. p.44-50.

TELFORD, C.; SAWREY, J. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZAVASCHI, M. et. al. Psicoterapia na adolescência. In: CORDIOLI, A. (Org.). **Psicoterapias: abordagens atuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p.400-419.